

Mudança na composição da remuneração do trabalho com a regulamentação da PLR e o fim da política salarial (1994 -2008)

Autores: Franco Galvão Villalta

Prof. José Dari Krein

Agência Financiadora: PIBIC/CNPq

Palavras chaves: Composição da remuneração PLR flexibilização relações de trabalho

Introdução

A Participação de Lucros e Resultados é um programa de flexibilização da remuneração do trabalho que ganhou muita expressividade nas relações de trabalho durante as transformações ocorridas na segunda metade do século XX. Este programa foi criado por volta dos anos 50, porém não foi utilizado de início. Em razão das vitórias trabalhistas que lograram incorporar os ganhos de produtividade aos salários e elevar o grau de segurança no emprego, a prioridade foi disputas para elevação dos salários, por meio de negociação coletiva. Entretanto, com mudanças na esfera político-econômica a partir da crise dos anos 70, os movimentos foram perdendo força e passou-se a pressionar pela flexibilização das relações de trabalho, de maneira a ajustá-las ao processo de globalização. Neste contexto, para fazer frente à crise, o discurso de liberalização dos mercados defendeu a redução da rigidez da regulação do trabalho e a PLR representava uma forma de tornar a remuneração mais variável.

O presente estudo tem como hipótese mostrar que dentro da remuneração do trabalho, a remuneração variável tem evoluído no Brasil em maior ritmo que a parte fixa, no período de 1994 até 2009. Para fazer isso será usado a Participação nos Lucros e/ou Resultados como parâmetro de remuneração variável e serão analisados três setores: Bancários, Energéticos e Químicos. Entre 1994 e 2004, sabe-se que a situação econômica do Brasil pressionou os salários para baixo – uma vez que o país passava por uma reestruturação econômica – e houve aumento da parte variável da remuneração em relação à fixa (KREIN, 2007). Porém, o desafio é analisar o período de 2005 a 2009, na qual o país passou por melhoria em alguns indicadores econômicos e os salários voltaram a apresentar ganhos reais. Durante o estudo, portanto, expor-se-á que a tendência de flexibilização da remuneração se manteve no período mais recente. Espera-se, ademais, compreender e apresentar os riscos que o programa de participação nos lucros e resultados pode trazer para a regulação social do trabalho.

Já se adianta que a pesquisa terá continuidade, pois o projeto que lhe dará continuidade foi aprovado pelo PIBIC/CNPq para o período 2011-2012.

Metodologia: avaliação dos setores energético, bancário e químico

Esta seção tem como objetivo a apresentação e análise dos dados referentes aos setores Energético, Bancários e Químicos no período de 2005 a 2009, de maneira a defender a hipótese da pesquisa, isto é, defender que a remuneração flexível, apesar do bons ambientes econômico e reivindicatório brasileiros no período, cresceu relativamente mais do que a remuneração fixa. Para isso utilizaremos a PLR como variável explicativa da evolução da remuneração flexível e o salário médio, ou folha bruta de pagamentos, como variável explicativa da remuneração fixa.

Os setores Energético, Bancários e Químicos foram escolhidos por terem como característica seu elevado dinamismo frente a economia brasileira. A presença de sindicatos organizados, isto é, com capacidade de mobilização e de negociação coletiva, possibilitou com que a pressão exercida pelos trabalhadores lograsse resultados favoráveis, vale dizer, uma “boa” negociação no que toca a PLR (Tuma, 1999) – não obstante, a PLR aparece como forma destacada nas pautas de reivindicações das negociações. Ademais, a tendência de reestruturação do mercado de trabalho no período mais recente de crescimento econômico favoreceu a negociação, pois favoreceu o poder de barganha dos sindicatos e trabalhadores.

De maneira geral, os dados foram coletados a partir dos balanços divulgados pelas próprias empresas – o Balanço Social, prática comum às empresas que possuem capital aberto e ações negociadas na bolsa de valores –, nas pesquisas sindicais e na RAIS. Com isso foi possível ter acesso as seguintes informações: pagamento do programa de participação nos lucros e resultados (PLR), folha bruta de pagamentos (FBP), lucro líquido (LL) e receita líquida (RL).

Contudo, cada setor possui certas especificidades que devem ser ressaltadas. No setor energético, optou-se pela escolha de empresas, pela dificuldade de obtenção de uma base de dados consolidada. A escolha das empresas desse setor seguiu os seguintes critérios: 1) estar entre as 20 maiores empresas do setor no Brasil; e 2) apresentar as informações de pagamento de PLR para os últimos 5 (cinco) anos contábeis já concluídos, o que resultou na escolha das seguintes empresas: Petrobrás, Eletropaulo, Companhia Estadual de Geração e Transmissão do Estado de Minas Gerais (Cemig), Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), Elektro - Eletricidade e Serviços e Light - Serviços de Eletricidade.

No setor bancário, os dados foram captados junto ao Sindicato dos Bancários de São Paulo. A metodologia usada pelo sindicato é elaborada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), e tem como objetivo acompanhar os pagamentos de PLR pelas instituições bancárias de acordo com as regras estabelecidas em negociação coletiva. Com isso, os dados que foram captados estão relacionados com uma política do sindicato de fiscalizar e acompanhar a efetivação do programa pelas instituições.

No setor químico, os dados foram obtidos através de estudos realizados anteriormente por pesquisadores do CESIT/IE-Unicamp e da Confederação Nacional dos Químicos, que têm realizado pesquisas na área sobre o setor químico no período recente.

O avanço da flexibilização da remuneração nesses setores será tratada empiricamente através da comparação entre a evolução do pagamento de PLR nos setores e a evolução da Folha Bruta de Pagamentos (ou do salário médio), Lucro Líquido e Receita Líquidas. A comparação entre a evolução dos valores pagos em PLR e na FBP pode mostrar qual destas possuiu, durante o período, maior expressão. Por outro lado, a relação do valor da PLR distribuída com o valor do LL das empresas, ou do setor, pode explicitar o avanço da remuneração flexível do ponto de vista do capital, ou seja, o valor da participação de lucros e resultados vis-à-vis a remuneração do capital. Por último, para complementar esta análise, é necessário ter em mente que a folha bruta de pagamentos – tanto para os empregados, quanto para a gerência e administração – e a PLR estão contempladas no cálculo da Receita Líquida, destarte se faz interessante observar o quanto o valor da FBP evoluiu em relação ao valor receita líquida do capital. Com esta análise, espera-se ter um panorama consistente para observar o avanço da remuneração flexível tanto do ponto de vista da remuneração do trabalho, quanto do ponto de vista da remuneração do capital, e contrastá-lo com a evolução dos valores da remuneração fixa. Desta forma, espera-se ter uma análise consistente dos dados para defender a hipótese inicial.

Setor Energético

Os dados do setor energético, de acordo com a metodologia adotada, não se manifestaram de forma muito expressiva no intuito de inferir uma evolução relativamente maior da remuneração variável em relação à fixa. O que se pode observar, neste setor, foram alguns indícios como a evolução mais expressiva da PLR frente à FBP.

Tabela 1 - Setor Energético, Empresas Seleccionadas, Brasil, 2005 a 2009, R\$

		Var.		Var.			Var.
	RL	%	FBP	%	LL	Var. %	PLR
2005	28.006.517		1.674.228		5.419.113,4		186.514
2006	31.422.678	12%	1.556.669	-7%	5.976.425,6	10%	218.353
2007	34.105.278	9%	1.718.328	10%	5.195.157,6	-13%	193.903
2008	41.878.262	23%	2.008.287	17%	7.504.279,0	44%	252.332
2009	36.854.279	-12%	2.175.566	8%	6.643.642,6	-11%	272.828
Média	28.711.169	6%	1.826.615	5%	4.219.917,5	5%	224.786

Fonte: Balanço divulgado pelas empresas/ Balanço Social – elaboração própria

Setor Bancário

O setor bancário brasileiro possui elevadas remunerações flexíveis como característica. No decorrer do texto, veremos como os dados relativos a este setor demonstram valores de remuneração flexível mais elevados do que o anterior. Ademais, o setor é mais oligopolizado, de maneira que seus principais representantes são substancialmente significativos como amostra para o conjunto do setor bancário.

Os dados obtidos para o setor bancário possuem algumas diferenças com os apresentados nos energéticos. No geral, a metodologia é a mesma, isto é, considera-se a Participação dos Lucros e Resultados em comparação ao componente fixo da remuneração do trabalho e ao Lucro das empresas. Neste setor, a variável Folha Bruta de Pagamentos será substituída pelo Salário Médio e não serão apresentados dados referentes à Receita Líquida. Esta distinção – salário médio ou FBP – se deve à fonte de obtenção dos dados, que privilegiam uma variável à outra. De qualquer forma, o que queremos demonstrar, vale dizer, o avanço da remuneração flexível, não será prejudicado por tal distinção.

Tabela 2 - Evolução da média da PLR média por funcionário e do salário médio, Setor bancário, Brasil, 2005-2009.

	Salário Médio	Var	PLR	Var
2005	2.552,18		3.711,62	
2006	2.641,51	4%	5.025,90	35%
2007	2.800,00	6%	5.912,60	18%
2008	3.854,23	38%	7.368,30	25%
2009	3.944,75	2%	7.945,65	8%
Média	3.310,12	12%	6.563,11	21%

Fonte: Balanço divulgado pelas empresas/ Balanço Social – elaboração própria

A Tabela 2 elucida o aumento das variáveis determinantes da pesquisa. Observe que a PLR – com exceção do ano de 2008 – apresenta aumentos significativamente maiores do que a aumento do salário médio. No acumulado, os valores da PLR mais do que dobraram, enquanto os valores correspondentes ao salário médio cresceram cerca de uma vez e meia.

Pode-se concluir, com alguma margem de consistência, que a remuneração flexível apresentou certos traços de crescimento maior do que a remuneração fixa no setor bancário, no período entre 2005 a 2009. Deve-se ter em mente que os anos 2007 e 2008 foram anos de crise mundial – especialmente no setor financeiro –, o que dificulta a análise de forma linear das variáveis.

Setor Químico

O ramo químico possui quatro subgrupos: Químicos; Farmacêuticos, Produtos de limpeza, higiene, perfumaria e cosméticos (LHPC); e Plástico. Pela dificuldade de obtenção de dados sobre os diferentes setores, o que implicaria num estudo somente sobre este setor, optou-se para fazer a análise somente de um subgrupo: o farmacêutico.

O setor farmacêutico é responsável por cerca de 14% dos total de empregados, o qual corresponde à cerca de 22% da massa de salários do ramo durante os anos 2004 a 2008. Neste período, o crescimento anual médio da massa salarial neste setor foi de 6,6% – acima da média, 4,9% – consolidando-se enquanto o setor com maior renda média do ramo químico, chegando, em 2008, à R\$3.293 – seu valor em 2004 era de R\$2.627.

No que diz respeito à PLR, as negociações coletivas tiveram uma divisão no que tange o tamanho da empresa, isto é, as empresas com mais de 100 funcionários distribuíram valores diferentes das empresas com um número inferior. Os dados de Teixeira mostram que a partir de 2007 – quando a diferenciação tem início – a PLR teve reajuste nominal de 120% nas empresas até 100 funcionários e de 199,96% nas empresas com mais de 100 funcionários. Esta informação explicita a magnitude do avanço da remuneração flexível neste período, no setor. Observe a Tabela 3:

Tabela 3 - Setor Farmacêutico do Estado de São Paulo, 2004 -2010

Ano	Data Base	Reajuste salarial	INPC acum.	Aumento real	PLR	Reajuste %
2004	Novembro	5,72%	5,72%	0	R\$ 400,00	
2005	Abril	3,08%	3,08%	0	R\$ 440,00	10%
2006	Abril	6,00%	4,15%	1,78%	R\$ 650,00	62,53%
2007	Abril	4,50%	3,30%	1,16%	R\$ 710,00	9,23%
					R\$ 800,00	23,07%
2008	Abril	6,50%	5,50%	0,95%	R\$ 756,00	6,48%
					R\$ 852,00	6,50%
2009	Abril	6,00%	5,92%	0,08%	R\$ 890,00	5,82%
					R\$ 930,00	9,15%
2010	Abril	6,80%	5,30%	1,42%	R\$ 880,00	10,00%
					R\$ 1.200,00	29,03%
TOTAL		45,54%	37,96%	5,5,%	Acumulado	120,00%
						199,96%

Fonte: Convenções coletivas. Elaboração: Marilane Teixeira, CNQ.

Empresas com até 100 funcionários

Empresas com 100 funcionários ou mais

No ramo químico, pelo menos o setor farmacêutico, se revelou que a remuneração variável teve mais expressividade do que os ganhos de salário. No setor, o movimento flexibilização acompanhou o movimento que foi vislumbrado, em diferentes graus, nos outros setores.

Considerações Finais

Tendo em vista o escopo do trabalho, vale dizer, o tempo e tamanho disponíveis para a realização da pesquisa, observa-se, a princípio, que a hipótese se confirma. De maneira geral, os três setores, com a limitação existente na constituição da base de dados e na sua análise, apresentaram um crescimento expressivo da remuneração flexível. Este crescimento é maior do que o crescimento da remuneração fixa nos três setores analisados, com diferenciação apenas no grau.

Apontar se há diferença qualitativa na forma de remuneração pela quantidade relativa da elevação do valor desta forma de remuneração, ou seja, afirmar que o paradigma de remuneração flexível que se tem visto até o ano de 2004 se manteve nos anos 2005 a 2009, apesar das melhorias substanciais logradas nas relações de trabalho nestes cinco anos, é trabalho para outra oportunidade, por isso a Iniciação Científica terá continuidade, de maneira a dar continuidade às questões que se fizerem pertinentes nesta pesquisa.

Outro aspecto que chamou a atenção durante a realização da pesquisa foi a relação entre a evolução do valor da remuneração flexível e a evolução do valor do lucro líquido do capital. Vimos que a remuneração flexível, em tese, é um instrumento do capital que eleva a produtividade do trabalho, expandindo a capacidade de geração de riqueza (DOBB, 1977). Entretanto, se a parcela paga ao trabalhador (em PLR) for de maior magnitude do que a parcela de riqueza gerada (pelo aumento de produtividade) e apropriada pelo capital, o instrumento não engendraria o efeito esperado, isto é, não reduziria o custo do trabalho. Se observou, nos dois setores em que foi calculada, que há um aumento da relação PLR/LL, ou seja, o valor pago para o trabalhador cresceu em relação ao lucro líquido. Não é possível isolar esta variável – isto é, o quanto do aumento da produtividade foi apropriado pela empresa e o quanto foi para o trabalhador – das outras do sistema, mas espera-se que a PLR, como tendência inerente à sua concepção, reduza a participação do trabalho em relação ao valor da remuneração do capital.

Uma possível explicação para que os dados tenham mostrado um aumento entre o valor da PLR e o do Lucro Líquido pode provir de dois fatos: i) a PLR representa redução de gastos com encargos e benefícios sociais, portanto é tolerável, do ponto de vista das empresas, e de caráter inicial, um aumento do valor em relação aos lucros; ii) a PLR não é um programa estático, é uma disputa trabalhista, na qual os trabalhadores exigem elevação do valor e redução das metas e as empresas, defendem o contrário, portanto, podem haver conjunturas de melhora ou piora na distribuição de lucros e resultados.

A pesquisa, ao apontar os efeitos do programa de Participação nos Lucros e Resultados, não consegue conceber perspectivas de melhorias das relações de trabalho – tendo como critério para tal a estabilidade, a qualidade de vida e a proteção do trabalhador – com o avanço da remuneração flexível. Por ser um meio criado pelo capital e suas tendências inexoráveis (MARX, 1957), dificilmente a PLR levará a um fim que contradiga as leis gerais da acumulação do mesmo, ou seja, que deixe de precarizar as condições de trabalho.

Referencias bibliográficas principais.

KREIN, J. D. *As tendências recentes na relação de emprego no Brasil: 1990 a 2005*. Tese (Doutoramento) – Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 2007.

MANZANO, Sofia Padua (autor); DEDECCA, Cláudio Salvadori (orient.). **Diagnostico das condições de trabalho nas montadoras de veículos do ABC e no Parana**: um estudo sobre a modulação da jornada de trabalho e da PLR. 2004. 135p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

TUMA, F. M. *Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas no cenário de flexibilização das relações de trabalho*. Tese (doutoramento em Economia) – Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 1999.